

# AS NOVAS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA: PROJETOS POLÍTICOS ANTAGÔNICOS, ALTERNÂNCIAS NOS GOVERNOS LATINO-AMERICANOS E IMPACTOS NAS INSTITUIÇÕES

MONIQUE FLORENCIO DE AGUIAR<sup>1</sup>  
FERNANDA MAIDANA<sup>2</sup>

Há tempos o *caos* é enunciado como fruto de práticas intencionais provocadas por representantes de Estados hegemônicos a fim de alcançar objetivos de controle sobre outros governos nacionais. Em sintonia, Escobar (2016) intitulou seu livro como *Império do Caos*, refletindo acerca de intervenções as mais destrutivas possíveis. É este imperialismo que foi, neste ano de 2024, durante o evento do G20 Social, ocorrido no Rio de Janeiro, colocado “no banco dos réus”<sup>3</sup>. O atual estímulo à criação de novos projetos políticos, apostando na alteração de modelos, tem levado a rever utopias e elevar a crença de que o *caos*, como acreditam os mais espiritualizados, pode ser o início de novas coisas. Galeano, nesse sentido, não deixou de enfatizar: “cada ato de destruição encontra sua resposta, cedo ou tarde, num ato de criação” (Galeano, 2023, p. 372).

A dinâmica imperialista estaria por trás das trocas internacionais marcadas pela desigualdade socioeconômica, cuja análise gerou a teoria da dependência. Tal teoria é resultado de elaborações de intelectuais latino-americanos que, nas décadas de 1960 e 1970, contextualizaram a criação da obra *As Veias Abertas da América Latina*, escrita por Eduardo

---

<sup>1</sup> Doutora (2014) e mestre (2009) em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Possui especialização em Gestão Pública Municipal (2020) e graduação em Ciências Sociais, com habilitações em licenciatura (2005) e bacharelado (2006), todas as formações pela Universidade Federal Fluminense. Realizou seus pós-doutorados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015–2017) e pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2017–2022). Lecionou na Universidade do Estado de Minas Gerais (2016–2017) e na Universidade Federal de Alagoas (2022–2024). Integra o Laboratório de Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento (Laced) e lidera o Laboratório de Análises em Cultura, Estado e Poder (Lacep).

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2013), mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2008) e fez bacharelado em Antropologia pela *Universidad Nacional de Salta* (2003). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (2014–2019) e foi bolsista pós-doutoral do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET). Atualmente, é pesquisadora do CONICET, na *Escuela de Gobierno y Negocios del Chaco Austral*, da *Universidad Nacional del Chaco Austral* (UNCAUS), e professora no curso de Licenciatura em Sociologia da mesma universidade. É integrante da *Red de Estudios de Política Subnacional Argentina* (REPSA).

<sup>3</sup> O G20 é um fórum de cooperação econômica internacional, composto por representantes de 20 nações ou regiões consideradas as principais economias do mundo. O “G20 Social” foi uma inovação criada pelo governo brasileiro, na condição de atual presidente rotativo do G20, a fim de ampliar a participação da sociedade civil nos processos decisórios. O primeiro Encontro do “G20 Social” teve lugar no estado do Rio de Janeiro, no Brasil, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024. O lema da presidência do Brasil no G20 é “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”.

Galeano. Ao recorrer a este livro, publicado originalmente em 1978, quisemos lançar luz sobre a sua atualidade, constatada em 2010 pelo próprio autor, que escreveu em novo Prefácio: “A história não quer se repetir — o amanhã não quer ser outro nome de hoje —, mas a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia” (Galeano, 2023, p. 5).

Refletir sobre situações na América Latina cumprirá o propósito de contrariar o tão alardeado silêncio que viemos nutrindo, enquanto habitantes do agora chamado sul-global. Galeano (2023, p. 6) questionou: “O passado é mudo? Ou continuamos sendo surdos?”. Este “costume de sofrer de boca calada” (Galeano, 2023, p. 22) veio sendo quebrado por ícones que lutaram contra a colonização, como Aimé Césaire e Frantz Fanon, expondo suas feridas na esperança de que se avolumassem as vozes contra opressões desveladas. São essas vozes que mais nos convém ouvir, pois aqui realizaremos esforços para identificar o conhecimento produzido a partir do Sul, mais especificamente a partir da América Latina.

Para além de falarmos em colonização, queremos evidenciar a colonialidade e a imperialidade, conceitos que elucidaremos no decorrer deste texto, marcando a importância de vislumbrar hoje uma nascente realidade pós-imperialista. Esta noção traz com ela a acalentada utopia de que “outro mundo é possível”<sup>4</sup>. Não se encontraria este desejo com o alardeado sentimento antissistema? A qual sistema nos colocamos contra? Para responder esta questão, pretendemos situar o leitor brevemente em um passado que constituiu a nós, latino-americanos, como integrantes de uma “torturada história”, “a história da rapinagem”<sup>5</sup> (Galeano, 2023, p. 25).

Mais uma vez sinalizando a atualidade do livro que mostra uma América sangrada, porque explorada de forma invasiva e progressivamente mortífera, Funes (2022, p. 246) nos lembrou que, em 2009, o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, presenteou o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, com um exemplar desta obra durante a *V Cúpula das Américas*, em Porto da Espanha, Trindade e Tobago. Com este gesto, Hugo Chávez desejou passar a sua mensagem, posicionando os interesses dos entes nacionais que ali se encontravam.

Outra declaração nos mostra a importância de rever certas histórias ocorridas nessa região das veias abertas. Em 2018, por ocasião da prisão do ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, quando iria se candidatar novamente à presidência, tendo a maioria dos

---

<sup>4</sup> “Um Outro Mundo é Possível” é o lema do Fórum Social Mundial (FSM), organizado por movimentos sociais situados em diversos locais do planeta a fim de pensar e debater alternativas aos modelos hegemônicos de organização da vida. A primeira edição deste fórum ocorreu no ano de 2001, na cidade de Porto Alegre. As demais edições foram sediadas na Índia, em Mali, na Venezuela, no Quênia, Dakar, Tunísia etc.

<sup>5</sup> A rapinagem se refere à dilapidação, exploração ou furto, que na América Latina envolveu, por exemplo, a extração de metais preciosos, minérios e cultivos diversos.

votos para alçar a vitória, o jornalista Chico Pinheiro observou: “a história é um carro alegre, cheia de um povo contente, que atropela indiferente todo aquele que a negue”<sup>6</sup>.

Não iremos negar essa história, contada no livro *As Veias Abertas*. Em sua época, classificado pela censura como um ‘instrumento de corrupção da juventude’, o livro foi proibido em países como o Uruguai, o Chile e a Argentina, que viviam em meio ao terror imposto pelas ditaduras militares orquestradas e sustentadas por poderes exógenos. Silenciar e ocultar não são verbos que convém aos subalternos, como já problematizou Spivak (2010)<sup>7</sup>. Em uma teia de poderes, gerada por planejadas ações que visam inculcar descréditos morais, nem pessoas subalternas nem países subalternos têm um espaçoso local de fala. Para Spivak, os intelectuais poderiam abraçar a missão de construir esses espaços nos quais eles possam se auto representar.

Na história de desestabilização de governos latino-americanos, embora se faça ao longo de várias décadas, renovam-se os mecanismos de operação e seus impactos. Assim, os novos contextos merecem um exame acurado. Por exemplo, neste cenário de recuo da “democracia” frente ao avanço do “neoliberalismo”, golpes de Estado se repetem de uma maneira diferente. Diante disso, questionamos “o que há de novo nessa dinâmica? Quais seus efeitos nas instituições?”. Os artigos que integram este dossiê estão balizados por esta questão mais abrangente. No momento, pretendemos apenas dar início a uma resposta, que já antevê uma renovação teórica e metodológica para a linha de investigação da Antropologia do Estado e da Política.

Portanto, podemos conjecturar uma agenda de pesquisa bem situada em seu contexto histórico ao indagar: como, ou por onde, sangram<sup>8</sup> hoje os países e os grupos que constituem a América Latina? É buscando refletir sobre esta indagação que vemos a possibilidade de pesquisas que revigorem nossas ideias e modos de fazer antropologia.

No primeiro subtítulo deste texto, indicamos o surgimento da noção de América Latina no século XIX, dimensionando os significados construídos em torno do termo. No segundo subtítulo, intencionamos resgatar parte do legado epistemológico construído por latino-americanos no século XX, explicitando brevemente as teorias do desenvolvimento, da dependência e a perspectiva decolonial. É este passado analítico que nos conecta com os rumos que estamos percorrendo atualmente, por algumas similaridades contidas nos

---

<sup>6</sup> Este é um trecho da música, composta por Milton Nascimento e lançada em 1976, intitulada *Canción por la unidad latino-americana*. A canção foi iniciada com os seguintes versos: “*El nacimiento de un mundo se aplazó por un momento/ Fue un breve lapso del tiempo/ Del universo, un segundo [...]*”.

<sup>7</sup> Ao indagar *Pode o Subalterno Falar?*, Spivak (2010) concluiu que se o subalterno não é ouvido, portanto, não pode falar.

<sup>8</sup> O verbo *sangrar* foi usado como uma metáfora. Não é demais lembrar uma observação de Geertz (2009, p. 183), para quem o antropólogo, ao desenvolver suas etnografias, cria imagens, concebe símbolos e desfia figuras de linguagem.

processos históricos ou meramente por consequências. No terceiro subtítulo, explicitamos algumas extensões teóricas da perspectiva decolonial, que estimulam, neste século XXI, a criação de novas cosmopolíticas, que nos levem a especular sobre projetos futuros de sociedade. No quarto subtítulo, apontamos a recente alternância política entre “esquerdas” e “direitas” nos governos dos países latino-americanos, salientando a aplicação do modelo econômico neoliberal e a situação das práticas consideradas democráticas. No quinto e último subtítulo, concluímos com uma breve discussão, perante o que foi apresentado neste texto, e buscamos situar uma direção para novas produções de conhecimento na área da Antropologia do Estado e da Política. Ao fim, apresentamos sinteticamente os conteúdos deste dossiê.

## SÉCULO XIX: A INVENÇÃO DA IDENTIDADE LATINO-AMERICANA

A criação do nome América Latina foi uma das formas de reivindicar a unidade ou a integração latino-americana em oposição ao poderio dos anglo-saxões. Como afirmou Bohoslavsky (2011, p. 9), o nome assim inventado:

[...] excluye a los norteamericanos en menor medida a los europeos y plantea de manera tajante la ilegitimidade del pan-americanismo. Por ello la noción de América Latina debe ser entendida [...] como una afirmación auto-constituyente de lo que se cree que aquí no somos y no hay (Bohoslavsky, 2011, p. 9).

Desse modo, o nome em si já esboçava um projeto político mobilizado por intelectuais com o propósito de reafirmar um destino, para alguns, mais autônomo e, para outros, mais alinhado aos interesses franceses. Nessa direção, a gênese do nome se encontraria em duas explicações diferenciadas, porém ambas estão posicionadas com relação ao imperialismo estadunidense, que despontava no século XIX.

A primeira explicação apontou o jornalista colombiano José María Torres Caicedo como o primeiro a pôr em circulação o rótulo América Latina, a partir de um poema, cujo título é *Las dos Américas*, publicado no periódico *El Correo de Ultramar*, no ano de 1857 (Dutra, 2022, p. 31). Embora tenha surgido na França, o nome teria sido obra deste latino-americano, inquieto frente ao grande expansionismo dos Estados Unidos. Demonstrativamente, um ano antes do início da Guerra em Cuba (1898), Roque Saenz Peña teria declarado que os Estados Unidos como uma “fração [da América] se considera unidade, a parte se substitui ao conjunto e uma nação a todo o continente” (1897 *apud* Dutra, 2022, p. 55).

Na segunda acepção de América Latina, o nome foi criado, em 1862, no contexto francês do Império de Napoleão III, portanto, em prol de uma ação de supremacia política, cultural e econômica francesa (Dutra, 2022, p. 41). Antes disso, Michel Chevalier, assessor do

imperador, em publicação de 1836<sup>9</sup>, teria distinguido duas Europas que equivaleriam a duas Américas: uma América do Sul, latina e católica, e uma América do Norte, anglo-saxã e protestante (Dutra, 2022, p. 34).

Assim, interessados em combater a tendência expansionista estadunidense, tanto ensaístas do sul da América quanto franceses, em sua ânsia supremacista, teriam investido na construção da ideia de América Latina para que a partir de uma integração regional fosse gerada uma contraposição, em tese, soberana.

No entanto, a maior referência crítica ao imperialismo praticado pelos Estados Unidos foi o ensaio do uruguaio José Enrique Rodó intitulado *Ariel*, publicado em 1900. Segundo Torres (2022), a obra foi dedicada à juventude da América e fazia alusão a um personagem de Shakespeare: o gênio alado Ariel. Neste trabalho, a cultura estadunidense, chamada por Rodó de *nordomanía*, significaria um perigo à América Latina por sua visão utilitária e especializada, quando o que era valorizado em sua utopia era uma formação integral que concebesse o ser humano em sua totalidade (Torres, 2022, p. 80–87).

## SÉCULO XX: DESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E DECOLONIALIDADE

O sentimento de inferioridade pensado por Frantz Fanon (2008) como tendo sido interiorizado pelos colonizados, e em especial pelos martinicanos, pode ser aplicado aos latino-americanos se considerarmos a crença que nutriam em sua falta de capacidade para produzir conhecimentos exemplares. Svampa (2023, p. 28), bem como os demais pensadores engajados da América Latina<sup>10</sup>, observou que muitos intelectuais aqui situados se pensam como apêndices de um “corpo central formado, basicamente, por Europa e Estados Unidos”. Esta dependência intelectual invisibilizou a produção teórica latino-americana, também sujeita a furtos intelectuais. De acordo com Svampa (2023, p. 25), afirmamos que este desdém dificultou a construção de um legado e esmoreceu o processo de transmissão desses conhecimentos.

---

<sup>9</sup> Seu texto foi publicado no *Journal de Débats*, de Paris.

<sup>10</sup> Segundo Melatti (1981, p. 267–268), a antropologia engajada ou da ação, surgiu a partir da iniciativa de pesquisadores que faziam trabalho de campo em comunidades indígenas brasileiras como uma forma de se posicionarem diante das más condições sociais em que viviam essas comunidades, prestando serviços aos seus interlocutores cujas decisões partiam de discussões diretas entre os indígenas. Assim, antropólogos considerados engajados são aqueles que não se limitam ao trabalho puramente acadêmico e, ao invés de apenas coletar informações, dedicam-se a projetos de transformação social. No Brasil, Roberto Cardoso de Oliveira e Darcy Ribeiro são considerados precursores, inspirados no exemplo do sociólogo Florestan Fernandes. Contudo, as interações entre pesquisadores na América Latina foram capazes de reproduzir esta conduta metodológica, destacando-se as reflexões teórico-metodológicas dos mexicanos Rodolfo Stavenhagen e Pablo González-Casanova, que chegaram a conhecer Roberto Cardoso de Oliveira no Rio de Janeiro, nos anos 1960 (Ribeiro, 2023, p. 71). Enquanto ator político-social, os intelectuais não abandonam o rigor da prática científica.

Nesse sentido, percorreremos brevemente três perspectivas teóricas formuladas a partir da América Latina, já que, além de se implicarem mutuamente, uma delas originou flagrantemente o livro *As Veias Abertas da América Latina* – tomado como referência para este trabalho. Desse modo, destacamos, a teoria do desenvolvimento, a teoria da dependência e a perspectiva decolonial. Porém forneceremos somente a ponta de um fio que, ao ser puxado, tem o potencial de conduzir a um conhecimento mais completo sobre tais teorias.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a noção de desenvolvimento entrou no centro dos debates de gestores e intelectuais. A hegemonia estadunidense já gozava de amplo reconhecimento, enquanto se iniciava o processo de descolonização da África e da Ásia. Neste cenário, começaram a ser criados organismos e instituições dedicados ao desenvolvimento, que espalharam seus escritórios pelas regiões que concebiam como parte do Terceiro Mundo<sup>11</sup> (Svampa, 2023, p. 168). As implicações desta era do desenvolvimento e sua ineficácia no combate à pobreza no mundo foram bem retratadas no trabalho de James Ferguson intitulado *La Maquinaria Antipolítica. Desarrollo, Despolitización y Poder Burocrático en Lesoto* (2012). Para o autor, aqueles que regiam as instituições do desenvolvimento produziram um falso discurso ao sustentar que por meio de soluções técnicas seria possível reduzir a pobreza. Este discurso embasou intervenções de agências internacionais e gerou uma despolitização, na medida em que, ao localizar as razões da pobreza fora das dinâmicas e alianças políticas das elites nacionais, apenas servia para expandir o poder burocrático e controlador do Estado. Logo, o Estado era tomado como neutro, o que pôde consagrar a existência do que Ferguson chamou de maquinaria antipolítica.

Uma dessas organizações para o desenvolvimento, a *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (Cepal), foi criada em 1948 e atrelada à recém-criada *Organização das Nações Unidas*, fundada em 1945. A teoria geral do desenvolvimento tinha um caráter evolutivo, na medida em que se considerava o subdesenvolvimento uma etapa transitória que seria superada pela repetição do exemplo de países com economias consideradas avançadas. Porém, intelectuais reunidos no âmbito da Cepal gestaram uma nova teoria do desenvolvimento, que se coadunava com a realidade de um mundo periférico. Presidida pelo economista argentino Raúl Prebisch, a Cepal lançou as bases de um paradigma estruturalista que marcava as diferenças entre as economias do centro e da periferia, destacando “a deterioração dos termos de troca para a América Latina” (Svampa, 2023, p. 171). Esta deterioração se expressava pela diferença no crescimento dos preços das matérias-primas

---

<sup>11</sup> Segundo Campos (2020, p. 107), o termo Terceiro Mundo foi criado pelo sociólogo e demógrafo francês Alfred Sauvy. Por muito tempo, o termo teria sido útil para “articular a união de países pobres (uns mais, outros menos) para uma resistência conjunta, e independente da URSS, contra o colonialismo e o imperialismo” (Campos, 2020, p. 107).

(exportadas pelas periferias) e dos produtos manufaturados (vendidos pelos centros). De tal maneira, o desenvolvimento não seria uma questão de tempo, mas:

[...] ilustrava um obstáculo de estrutura econômica, diretamente vinculado à divisão internacional do trabalho. Isso marcou a origem da nossa condição periférica. A tese central era que, enquanto o centro possuía uma estrutura diversificada, que gerava progresso técnico e aumento da produtividade, a periferia possuía uma estrutura simples e se beneficiava dos avanços tecnológicos somente quando o centro assim o permitisse. [...] [a] consequência era que grande parte dos efeitos da acumulação de capital e de incorporação da tecnologia era revertida aos países desenvolvidos, e não ao interior dos países periféricos (Svampa, 2023, p. 171–172).

Identificado o problema da desvantagem produtiva das periferias, foram propostos caminhos para solucioná-lo. Estes caminhos incluíam a busca pela industrialização, em especial na forma de substituição de importações, e a planificação estatal, que previa a criação de empresas de propriedade do Estado, o protecionismo em áreas estratégicas e a reforma de políticas públicas (Svampa, 2023, p. 173). Ao tentar aplicar este plano, novos obstáculos foram notados, entre eles a baixa produtividade agrícola, que requeria uma reforma agrária destinada a diminuir a concentração de renda (Svampa, 2023, p. 174; Castro, 2022). A política que propunha tais soluções foi conhecida como desenvolvimentismo e teve como personagem icônico o economista brasileiro Celso Furtado, que tanto assessorou Prebisch na Cepal quanto atuou em cargos do governo brasileiro até o seu exílio vivenciado no Chile.

Não pretendemos abarcar as várias problematizações desta teoria do desenvolvimento ao longo do tempo, que vêm se revigorando mediante o sufixo ‘sustentável’<sup>12</sup>, mas é oportuno constatar o período de influência da teoria e a oposição dos Estados Unidos à política que vinha sendo adotada. Segundo Svampa (2023, p. 175), sob a liderança de Prebisch e o assessoramento de Furtado, a Cepal exerceu influência entre a década de 1950 e meados da década de 1970, sofrendo, posteriormente, uma “mutação político-intelectual”. A autora asseverou que, em 1951, líderes estadunidenses intencionavam fechar os escritórios da Cepal, quando o apoio de Getúlio Vargas<sup>13</sup> na presidência do Brasil foi fundamental para reverter este plano (Svampa, 2023, p. 175). Consoante a isso, Svampa citou Torcuato di Tella, quem teria escrito “esse aparente milagre operado pela Cepal: uma organização financiada pela ONU (portanto, indiretamente, pelos

---

<sup>12</sup> A visão produtivista do desenvolvimento foi confrontada com a visão de um desenvolvimento sustentável, popularizado na década de 1990. A primeira Conferência da *Organização das Nações Unidas* sobre o meio ambiente ocorreu em 1972, em Estocolmo (Svampa, 2023, p. 200).

<sup>13</sup> Recomendamos a leitura da carta escrita pelo presidente Getúlio Vargas, antes de cometer suicídio com um tiro no coração, em 1954. Nela, o então presidente, discorre sobre a impossibilidade de avançar com seu projeto político em favor do “povo” (Carta de Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 23/08/54). Disponível: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>. Acesso em: 13 dez. 2024.

Estados Unidos) se converte em um foco de identificação latino-americana e de pensamento autônomo, criativo, novo” (Svampa, 2023, p. 171).

Contudo, nas décadas de 1960 e 1970, estourariam as ditaduras militares em países da América Latina com o planejamento e o auxílio dos norte-americanos. Não há temor em realizar esta afirmação, visto que já repisada e ecoada aos quatro cantos do planeta.

Assim como Galeano, um amigo seu, apelidado por ele como “mulato ideológico”, de nome Darcy Ribeiro<sup>14</sup>, faria afirmações explícitas quanto à interferência dos Estados Unidos na criação dos regimes ditatoriais latino-americanos (Funes, 2022, p. 225). Galeano escreveu em seu livro *As Veias Abertas*:

As atas do Congresso dos Estados Unidos costumam registrar testemunhos irrefutáveis sobre as intervenções na América Latina [...] multiplicaram-se os reconhecimentos oficiais da responsabilidade dos Estados Unidos em diversos desastres. Amplas confissões públicas provaram, entre outras coisas, que o governo dos Estados Unidos participou diretamente, mediante suborno, espionagem e chantagem, da política Chilena. A estratégia do crime foi planejada em Washington. Desde 1970, Kissinger e os serviços de informações preparam cuidadosamente a queda de Allende (Galeano, 2023, p. 355).

O autor seguiu citando o auxílio do Pentágono ao golpe militar no Brasil, sem deixar de lembrar que antes de governos latino-americanos, como o brasileiro, o boliviano, o argentino e o chileno, serem derrubados, uma série de reformas sociais e uma política econômica nacionalista estavam se configurando (Galeano, 2023, p. 355). Este fato foi atestado pelo historiador Eric Hobsbawm que, após várias viagens realizadas a países latino-americanos, registrou em seu livro, *Viva la Revolución: a era das utopias na América Latina*, o potencial do continente para a revolução social entre as décadas de 1940 e 1960 (Hobsbawm, 2017, p. 9). Leslie Bethell (2017) nos contou sobre as viagens que Hobsbawm fez à América Latina. No Recife, Hobsbawm “ficara chocado com o atraso econômico e a pobreza”, no Peru, a “injustiça social e completa miséria fazia o sangue congelar” (Bethell, 2017, p. 15). Para Galeano, os golpes de Estado seriam “sucessivos episódios de uma Guerra de rapina”, em que as forças armadas eram convocadas para “esmagar as forças da mudança” (Galeano, 2023, p. 369).

As conversas entre Eduardo Galeano e Darcy Ribeiro, na universidade ou nos bares da capital uruguaia, parecem demonstrar a profunda sintonia entre os dois (Funes, 2022, p. 225). Em seu livro *América Latina: Pátria Grande* (2017), Darcy Ribeiro abriu um subtítulo denominado *Abra os olhos, leitor*, onde afirmou:

Ditadores tropicais sanguinários, como Somoza, Trujillo e Batista, são criaturas que Washington criou, amestrou e nos impôs para perpetuar o domínio yanke sobre as “repúblicas de bananas” que mantém no Caribe. Elas são a expressão política natural e

---

<sup>14</sup> Darcy Ribeiro (1922–1997) foi um antropólogo engajado, defensor das causas indígenas, educacionais e nacionais. Foi Ministro da Educação e chefe da Casa Civil, abandonando este cargo após o golpe militar, quando partiu para o exílio, vivido em países da América Latina (Uruguai, Chile, Venezuela e Peru). Com a redemocratização, foi eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro.

necessária da apropriação das terras pelas empresas norte-americanas produtoras de frutas de exportação. [...] As novas ditaduras militares do Brasil, do Chile e da Argentina são também criações norte-americanas. São o correspondente político inevitável do domínio de nossa economia pelas corporações transnacionais, que, não podendo ser legitimado pelo voto popular, tem que ser imposto pela mão de governos militares. Cada uma delas nos foi imposta através de movimentos programados cuidadosamente em Washington – com a ativa participação internacional – de desestabilização de governos democráticos e progressistas, seguidos da apropriação do poder através de golpes militares ianquizados (Ribeiro, 2017, p. 87–88).

Pacheco de Oliveira (2022, p. 17) ressaltou que, apesar de atuante em países da América Latina, Darcy Ribeiro foi um autor pouco lido na academia brasileira. Lamentamos tal fato já que ele é um dos principais precursores, junto com Roberto Cardoso de Oliveira, de uma antropologia qualificada como transformadora ou engajada, que surgiu no Brasil nos anos 1950, a partir do pioneirismo de um grande professor de ambos, o sociólogo Florestan Fernandes. Entre outras coisas, Florestan teorizou sobre o “capitalismo dependente” ou a “dominação externa na América Latina”, preconizando um “pensamento insubmisso”, como expresso por Antunes (2009).

Neste contexto, a teoria da dependência foi constituída, entre 1965 e 1979, como um “marco-mestre” na academia latino-americana, tendo como eixos geográficos o Brasil, o Chile e o México (Svampa, 2023, p. 231–232). Inicialmente, os principais formuladores estavam situados no Brasil, mas foram forçados a realizar deslocamentos para o Chile e para o México depois do golpe de 1964, são eles: Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Fernando Henrique Cardoso, André Gunder Frank entre outros – este último era de origem alemã (Svampa, 2023, p. 232).

Em parte, os dependentistas seguiam os diagnósticos da Cepal, pois sustentavam que o subdesenvolvimento era um produto da expansão do capitalismo a partir do centro, o que impossibilitava um projeto de desenvolvimento autônomo na periferia, enquadrando-a em um sistema capitalista unitário e imperialista. O diferencial da teoria da dependência estaria em mostrar que havia uma articulação entre os centros hegemônicos e as sociedades dependentes realizada por uma “burguesia local” e/ou uma “classe dominante” que trariam, por fim, esta dominação para dentro de seus territórios (Svampa, 2023, p. 238–247). Isto consolidaria, no interior dos países, uma espécie de colonialismo interno estabelecido na relação entre as regiões mais e menos prósperas, bem como, no continente latino-americano, poderia se desenvolver uma espécie de subimperialismo, que conduziu alguns países mais dinamizados a negarem acesso a certos ramos de produção, relegando seus vizinhos a serem meros mercados consumidores (Svampa, 2023, p. 259). A noção de colonialismo interno foi atribuída à Rivera Cusicanqui e a de subimperialismo à Ruy Mauro Marini.

Diante disso, Theotônio dos Santos (1972b *apud* Svampa, 2023, p. 290) concluiu que “a burguesia dos países atrasados era essencialmente “capitulacionista” e estava disposta a sacrificar o desenvolvimento nacional e sua liberação econômica e política em troca de apoio econômico e segurança interna, ambas promessas do imperialismo”. Portanto, seriam as elites nacionais alinhadas aos interesses estrangeiros que dariam corpo a esta dependência, aprofundada por meio da acumulação de dívidas internas e externas.

É para este tipo de dependência internacional, desdobrada em desigualdades socioeconômicas nacionais, que se volta a crítica de Galeano e de Ribeiro:

Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. [...] A força do conjunto do sistema imperialista reside na necessária desigualdade das partes que o formam, e essa desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas (Galeano, 2023, p. 18–19).

[...] o caráter exógeno dessas classes dominantes, forjado no período colonial, e seus próprios interesses, induziram-nas a continuar regendo suas nações como cônsules de outras metrópoles (Ribeiro, 2010, p. 39).

A passagem de regimes “democráticos representativos” para regimes “autoritários corporativos” expressou, para Cardoso e Faletto (2003 *apud* Svampa, 2023, p. 247), uma “reorganização do Exército e da burocracia pública”, da qual podemos inferir, mediante a ação reguladora do Estado, uma espécie de “capitalismo autoritário” (Velho, 2009). Entre as massas populares, o aumento da marginalização e da superexploração do trabalho foi progressivamente analisado, até serem concebidas, atualmente, como parte de um neodependentismo. Esta renovação pode colocar, em especial, a relação com a China no centro do debate.

Nos anos 1990, ganhou destaque a formação de um corpo de conhecimento que, a partir de países sul americanos, enfocou os efeitos da colonização, sendo classificado como decolonial. O decolonialismo se conecta com a teoria da dependência, pois explora as relações entre os países posicionados em um “sistema-mundo”. Contudo, aqueles que aderiram à perspectiva decolonial procuraram ir mais além ao contemplar em suas análises as questões de ordem cultural, ideológica e simbólica (Svampa, 2023, p. 473). Entre seus expoentes estão Aníbal Quijano, Walter D Mignolo, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh, Enrique Dussel e Castro-Gomés.

O considerado fundador dos estudos decoloniais foi o peruano Aníbal Quijano, que vinha produzindo trabalhos no âmbito da teoria da dependência. Este autor criticou o eurocentrismo e refletiu sobre a formação e o desenvolvimento da modernidade, relacionando-a à expansão do capitalismo e ao colonialismo. No escopo de sua obra, compreendeu a colonização como um processo contínuo de dominação e formação do Outro, quando se fez uso do critério racial dando forma a específicas construções mentais (Quijano, 2005). Com o auxílio de categorias do entendimento criadas durante a

modernidade, o modelo hegemônico de exploração foi sustentado. Elaborando suas análises, Quijano buscou contribuir para o projeto de descolonização das ciências sociais, despontando a noção de colonialidade do poder. Esta colonialidade foi tomada como o lado obscuro da modernidade, referindo-se ao padrão de poder implantado pela dinâmica colonial e perpetuado até os nossos dias, ou seja, a colonialidade é uma lógica que rege a manutenção das relações hierárquicas coloniais como heranças de efeitos duradouros. Seguindo tais elaborações, o venezuelano Edgardo Lander criou a noção de colonialidade do saber e o colombiano Santiago Castro-Gómez advogou por uma colonialidade do ser.

Integrante do grupo de estudos de Quijano, o argentino Walter D. Mignolo defendeu que o projeto decolonial não viria após a modernidade, como sua continuidade, surgiria dos descontentamentos quanto à violência da colonialidade moderna, sendo uma reação manifesta dentro da própria modernidade (Mignolo, 2008, p. 9). Porém só com o fim da guerra fria, o pensamento decolonial começaria a traçar a sua genealogia, *desprendendo-se* das vinculações com a racionalidade/modernidade colonial. Tal genealogia poderia ser encontrada na historiografia da América, com a qual os decoloniais teriam o objetivo de limpar a colonialidade do ser e estabelecer uma descolonização epistemológica. Mignolo considerou que a genealogia da modernidade se daria em um espaço mais reduzido, já que todo o planeta, com exceção da Europa e dos EUA, teve que lidar com a ferida da invasão, seja diplomática ou em estado de guerra (Mignolo, 2008, p. 21). Desse modo, se o império buscou estabelecer a universalidade, seria preciso, para os decoloniais, plantar a pluriversalidade a fim de valorizar outros pensamentos, outros mundos (Mignolo, 2008, p. 18).

Diferente de propor o *desprendimento* de uma genealogia decolonial, Gustavo Lins Ribeiro (2024, p. 41) enfatizou a necessidade de reconhecer os progressismos e contribuições do pensamento europeu, bem como reconhecer a existência de lutas internas, nos grupos de intelectuais do norte global, que também são fruto de fertilizações cruzadas vindas da experiência dos povos originários. Assim, o autor se propôs a realizar a crítica da crítica decolonial, concebendo que há uma simplificação do pensamento, por parte de alguns autores decoloniais, sobre a modernidade ocidental, o que geraria uma hipertrofia heurística do colonialismo (Ribeiro, 2024, p. 35). A esta mesma conclusão teria chegado Santiago Castro-Gómez, integrante da linhagem de Quijano. Por esses tangenciamentos entre padrões de pensamento, não seria possível inaugurar um pensamento radicalmente novo, já que a perspectiva dos decoloniais não seria imune ao eurocentrismo e à modernidade (Ribeiro, 2024, p. 41). O próprio Aníbal Quijano foi influenciado pelo marxismo e, especialmente, por Immanuel Wallerstein, sociólogo marxista estadunidense criador da teoria do sistema mundial capitalista (Ribeiro, 2024, p. 40). Logo, segundo Ribeiro (2024, p. 41), teríamos também aliados entre os intelectuais europeus e estadunidenses, pensadores

que souberam explorar espaços para realizar postulações libertárias, anti-opressão e pró-igualdades de raça, gênero, classe etc.

Por fim, considerar as racionalidades em conflito ou em relação e seus impactos equivaleria a se esquivar de uma abordagem purista que não reconhece o fato de que os avanços teóricos, na antropologia, vieram justamente de perspectivas em contato, valorizando as resistências em meio aos processos hegemônicos, as quais tiveram seu poder de empreender mudanças e autoafirmações. Portanto, de acordo com Ribeiro (2023, p. 42), interpretar a modernidade sem reduzi-la à colonialidade é admitir que além de um lado obscuro, a modernidade pode ter um lado luminoso.

O esforço de síntese realizado nesta seção visa compensar um dos grandes problemas da teoria social latino-americana, apontado por Svampa (2023, p. 25) como sendo o “déficit de acumulação”.

Em todo caso, é oportuno mencionar a ênfase de Costa (2022, p. 266–267) para quem há duas formas de controle para estabelecer e hegemonia de uma classe sobre outra: “pela força política à base da coerção e do consentimento, associada ao Estado; e pela dominação ideológica associada às instituições da sociedade civil com suas dimensões pedagógicas e educacionais”. Consoante a isso, salientando a dominação dos anglo-americanos sobre os latino-americanos, Darcy Ribeiro indicou como isto se dava: “por um vasto sistema de pesquisas científicas destinadas a conhecer nossa realidade social para nela atuar objetivamente” a fim de “perpetuar sua hegemonia e alargar seus mecanismos empresariais de espoliação” (Ribeiro, 1978 *apud* Costa, 2022, p. 264–265). Darcy nomeou os cientistas sociais que se integravam nestas pesquisas como “acólitos” da dominação externa (Costa, 2022, p. 265).

Concluimos que, se o investimento na tão propalada ‘cumplicidade dos intelectuais’<sup>15</sup> com as explorações que partem das hegemônicas forças externas não foi suficiente, foram provocadas as “contrarrevoluções preventivas” para conter reformas sociais de fato transformadoras. Abrindo às palavras de Costa (2022, p. 279):

Provocavam, assim, “contrarrevoluções preventivas” que mobilizavam as classes médias com base em diretivas anticomunistas, criando o momento adequado para um golpe militar. Frente a essa ameaça, os regimes reformistas se viam na “disjuntiva de refluir” para a direita, abandonando as bandeiras da reforma ou, ao revés, radicalizando-se e convocando o povo para a revolução.

Nesse sentido, almejamos incentivar reflexões sobre as novas veias abertas, ou seja, sobre as formas mais recentes de desestabilização dos poderes estatais latino-americanos que, mesmo inspiradas em procedimentos similares aos usados em décadas anteriores,

---

<sup>15</sup> Uma referência mais recente contra este tipo de cumplicidade dos intelectuais é o célebre trabalho de Spivak (2010): *Pode o Subalterno Falar?*

encontram-se incrementadas por novas técnicas de dominação estrangeira aliada à dominação de certas elites nacionais.

## SÉCULO XXI: EXTENSÕES DA PERSPECTIVA DECOLONIAL E A CRIAÇÃO DE COSMOPOLÍTICAS

Neste século XXI, a noção de colonialidade ganhou grande evidência e poder analítico, mas a estrutura conceitual da qual ela faz parte foi questionada e complementada. Refiro-me aqui ao trabalho epistêmico que foi realizado por Slater (2010) e Ballestrin (2017) quanto ao conceito de imperialidade.

O modelo de poder globalmente hegemônico, para Quijano, pressupõe o elemento da colonialidade (Slater, 2020, p. 194) — sobre a qual escrevemos na seção anterior deste texto<sup>16</sup>. Consequentemente, a colonialidade do poder foi contrastada, por Slater, com a imperialidade do poder. Esta pode ser entendida como “o direito, privilégio e sentimento de um ser imperial, que defende o modo de vida no qual a invasão geopolítica é legitimada”, sob a bandeira da “civilização”, da “modernização” ou da “democracia” (Slater, 2020, p. 195, tradução nossa). Ademais, o autor irá analisar a existência de uma “mentalidade imperial” pela qual, entre outras coisas, imperialistas se outorgam o papel de difusores de um modelo particular de democracia, sendo este papel aceito em decorrência de suas próprias ações informais e nebulosas que implicam na erosão do sistema democrático alheio.

Ballestrin (2017, p. 506) concebeu que não é “possível pensar em colonialidade, como o outro lado da moeda ou face constitutiva da modernidade, sem a noção de imperialidade”, já que o colonialismo seria um produto do imperialismo capitalista. Se a colonialidade é a lógica do colonialismo, a imperialidade seria a lógica do imperialismo na modernidade, o que também nos leva a pensar em uma imperialidade do poder e em uma desimperialização, na medida em que se fala em colonialidade do poder e em descolonização (Ballestrin, 2017, p. 520).

É nas fissuras de um mundo re-imperializado que vem se instalando o que foi classificado como pós-imperialismo, no âmbito do qual “novos mapas cognoscitivos” podem dialogar a fim de possibilitar “outras condições de intervenção política” (Barragán, 2006, p. 225). Esta nova cognição contra-hegemônica, Ribeiro (2011, 2023) chamou de cosmopolítica, abarcando atuais ativismos políticos transnacionais e produções teóricas e disciplinares, que pretendem constituir uma reação em escala global. Com este raciocínio, o autor pretendeu ir além da tensão entre particular e universal e consagrar a expressão “particularismo cosmopolita” (*cosmopolitan particularism*), como um tipo de particularismo (Ribeiro, 2011, p. 288).

---

<sup>16</sup> Mignolo teria reforçado que a colonialidade está implícita à matriz de poder colonial, sendo mantido na América Latina e no Caribe pelos Estados Unidos após a independência (Slater, 2010, p. 194).

A noção de pós-imperialismo foi formulada por Ribeiro (2023, p. 79) como uma perspectiva latino-americana “destinada a reverter la mirada imperialista-colonialista de Estados Unidos sobre la región”. Estabelecendo, assim, uma “mirada” que pretende desnaturalizar a imagem sedutora referente aos Estados Unidos, provincializando-o e apostando em outras formas de organização da vida econômica e política (Barragán, 2006, p. 227; Ribeiro, 2011, p. 288). Para isso, seriam disponibilizados conhecimentos de suma importância para os que “*luchan contra la continuación de un régimen que destruye el planeta y subordina a miles de millones de personas en nombre de unos pocos controladores privilegiados*” (Ribeiro, 2023, p. 79). Logo, a meta seria desimperializar o mundo mediante lutas utópicas, já que não sabemos ainda o que é um mundo sem imperialismo (Ribeiro, 2023, p. 63). Em favor de diferentes cenários futuros, que promovam cooperação e paz, o autor afirmou:

Eu quero advogar por mais lutas utópicas em uma conjuntura onde existe uma escassez de cenários futuros fortes o suficiente para galvanizar a imaginação de um grande número de atores políticos. Esta é uma das razões para a qual eu ofereço a noção de pós-imperialismo. [...] Para fazer isso, existe a necessidade de dedicar mais tempo a uma imaginação, a uma crítica e a um programa pós-imperialista; dedicar, em suma, mais tempo para lutas utópicas que para uma única ideologia (Ribeiro, 2011, p. 290; 295, tradução nossa).

As lutas utópicas, referidas por Ribeiro, podem ganhar corpo mediante várias cosmopolíticas que surgem a partir de movimentos socioculturais e de intelectuais pertencentes a segmentos antigamente excluídos da condição de sujeitos da produção científica. Algumas cosmopolíticas já em destaque abrangem as categorias: contra-labor, bens comuns, ética do cuidado, ecofeminismo e buen viver ou vivir bien. Já a noção de pós-desenvolvimento seria um terreno para cosmopolíticas.

Tendo um contorno pós-estruturalista, a ideia de pós-desenvolvimento foi proposta, por Escobar (2005), para questionar o conceito de desenvolvimento, concebendo-o como um discurso de origem ocidental que contribuía para produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo (Escobar, 2005, p. 18). Assim, os críticos pós-estruturalistas, ao questionarem as epistemologias realistas, interrogaram sobre os modos como a Ásia, a África e a América Latina chegaram a ser definidas como subdesenvolvidas, portanto, necessitadas de desenvolvimento (Escobar, 2005, p. 18). Consequentemente, Escobar (2005, p. 27–30) anunciou um momento de transição paradigmática no qual os conceitos de desenvolvimento e de Terceiro Mundo fariam parte do passado, já que esta transição nos leva a transcender o paradigma da modernidade tanto epistemologicamente quanto socio-politicamente.

Antes mesmo da criação da noção de colonialidade do ser, Darcy Ribeiro nos escrevia que seríamos um povo “sujo de europeidades”, diante de séculos de miséria e opressão, “chagados das marcas da escravidão e do colonialismo” (2010, p. 107). Antecipando um caráter policêntrico, veria os “vastos mundos em que tantos povos se lavam das feridas do europeísmo” (2017, p. 95). Defenestrando uma única forma de vida e

estabelecendo que “nosso próprio projeto é outro”, mesmo que sejamos “impedidos de [o] realizar”, quando “dopam exércitos, subornam políticos, falem empresários”, Darcy clamou com entusiasmo: “nós temos todo um mundo a refazer” (2017, p. 84–88).

## NEOLIBERALISMO, GIRO À ESQUERDA E NOVAS DIREITAS

O neoliberalismo, para Brown (2022), se vincula com o desmantelamento do Estado social, a desregulação, a privatização, os impostos regressivos e a suspeita sobre os bens públicos, em favor de empreendimentos empresariais. Não obstante, ela dirá que implica muito mais que apenas estas políticas e o define como uma forma de razão governante que molda nossa conduta em todas as dimensões da vida e que refaz o Estado e a sociedade. No Estado essa forma de razão o transforma em facilitador ou sustentador da economia — escorando ou criando mercados em setores específicos — e em desintegrador da noção de sociedade ou do social, ao reconhecer somente indivíduos não vinculados nem conectados socialmente. Brown (2015, p. 28, 39) aliás explica que, ao refazer o ser humano como capital humano, a racionalidade neoliberal esvaziou os princípios democráticos, erodindo as instituições e o imaginário político que se preocupa com as coisas públicas e com o bem comum (a *res publica*).

Nos processos políticos dos países da América Latina, o neoliberalismo como projeto político (Morresi, 2020) representa um ponto de inflexão que instaura “lógicas individualistas, hedonistas e desigualadoras centradas no mercado” (Bohoslavsky, 2023, p. 222; Stoessel, 2014). O programa político e econômico neoliberal dos governos da região — sejam de centro-esquerda ou de centro-direita — que se faz presente a partir de uma “antecipada instalação” pela ditadura chilena nos anos 1970 e que logo se torna hegemônico nos anos 1990 (Morresi, 2020, p.49; Dvoskin 2022), buscou desmontar as políticas de desenvolvimento implementadas durante meio século através de modelos de industrialização por substituição de importações. Assim, o programa seguia o “Consenso de Washington”, com uma agressiva reforma do Estado nos anos 1990, de suas empresas e da legislação, bem como realizando uma transformação econômica que aumentou a vulnerabilidade externa dos países, instalando a influência em suas economias do Fundo Monetário Internacional e dos interesses de credores externos (e o protagonismo de outros organismos multilaterais impondo, além disso, condicionalidades, monitoramentos e pressões) (Bohoslavsky, 2023; Dvoskin, 2022; Ochoa; Estévez, 2006). A implementação da agenda neoliberal e suas medidas econômicas, que buscarão favorecer aos investidores financeiros e sua taxa de lucro, em simultâneo à implementação de fortes políticas de ajuste provocava então resultados sociais e políticos negativos imediatos, dados a concentração de renda, o retrocesso dos salários, o aprofundamento das desigualdades sociais e um grande

crescimento da pobreza com explosões sociais e o aumento da mobilização política (Kliksberg, 2006; Bohoslavsky, 2023; Stoessel, 2014).

Em muitos governos latinoamericanos — como no mundo — se produz a ascensão da tecnocracia (que prioriza a racionalidade econômica e se interessa somente pela produtividade) e dos técnicos, em um vínculo estreito com o programa neoliberal e a perda de representatividade dos partidos, que contribuiu para que esses últimos deixaram de ser o principal mecanismo de recrutamento para a ascensão a postos altos (Silva, 1997; Roza Torres, 2006; Salas-Porra, 2014; Camou, 1997). A grande presença tecnocrática na América Latina desde os anos 1990, como estilo de organização do Estado e gestão pública, confronta abertamente com a democratização que promove sistemas mais inclusivos, participativos e de maior equidade social (Ochoa; Estévez, 2006). Não obstante, a subordinação da política à economia se reverte nos anos seguintes, e se recupera a noção de “poner las políticas económicas al servicio de los intereses de la mayoría que gana las elecciones” (Bohoslavsky, 2023, p. 228).

O “giro à esquerda” dos governos da América Latina produzidos na primeira década do século XXI deixa para trás a hegemonia neoliberal para dar lugar a uma progressista. Se bem que compreende experiências nacionais heterogêneas e acaba restringida a alguns países — que logo retornam em outras condições ou se incorporam como experiências novas em anos recentes — dá conta de uma especificidade da região quanto ao seu surgimento em resposta aos resultados negativos do período anterior e como rejeição ao neoliberalismo (Arditi, 2009; Stefanoni, 2018); rejeição que se expressou de distintas maneiras, alcance e intensidade. A década de 1990 finaliza com fortes críticas ao “Consenso de Washington”, crises econômicas e sociais, questionamentos sobre a qualidade democrática e reivindicações por uma maior regulação estatal e transparência nas decisões públicas, entre outras (Ochoa; Estévez, 2006).

Embora as experiências progressistas não necessariamente consigam substituir ou superar o neoliberalismo, as análises distinguem experiências radicais que logram transformar estruturas produtivas e paradigmas - como nos casos da Bolívia, Venezuela e Equador- das restantes que, pesem as intenções de o limitar e o reformar, mostram continuidades nas alterações produzidas nos anos 1990 e o modelo econômico baseado nas exportações (Bohoslavsky, 2023; Stoessel, 2014; Ramos, 2017; Dvoskin, 2022). Junto com reformas radicais ou parciais, estes governos de “mirada geopolítica sudamericanista” (Dvoskin, 2022, p.6) renovaram a agenda política incorporando demandas e implementando políticas e instrumentos dirigidos a diminuir as desigualdades sociais com a revalorização do papel do Estado para regular os mercados e implementar políticas de redistribuição e de inclusão social. Além disso, a centralidade que evidencia o Estado se produz a partir da recuperação de suas capacidades e funções e da ampliação do margem de autonomia que,

em alguns países, supunha-se uma reconfiguração institucional significativa em função da direção de certas políticas públicas (Stoessel, 2014).

Se reconhecem transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, entre as que se destacam os processos de mobilidade ascendente que permitiram a passagem da extrema pobreza à pobreza, a ampliação da cidadania social através do mercado de bens e serviços e políticas que supunham a nacionalização ou expropriação, as restrições à propriedade ou à livre disposição dos recursos, o apoio a organizações sindicais ou camponesas, ou a legislação sobre regulação do emprego e ampliação ou universalização de programas da política social (Bohoslavsky, 2023, p. 225–236; Stoessel, 2014). Além disso, é considerada a inclusão social, articulando demandas de baixo com impulsos dos próprios governos, atendendo reivindicações de povos originários, feminismos e dissidências sexuais (Dvoskin, 2022) que teriam produzido novas reformas na legislação sobre família, identidade e gênero; em educação e em políticas de memória do passado de ditaduras do Cone Sul (Bohoslavsky, 2023).

Ao caracterizar as novas direitas no mundo, Brown (2020) alude ao desconcerto produzido pela união de elementos considerados até então opostos: daqueles conhecidos do neoliberalismo — como desregular o capital, reprimir aos trabalhadores, demonizar o Estado e o político, atacar a igualdade, promulgar a liberdade — com o nacionalismo, o reforço da moral tradicional, o populismo antielitista e as demandas de soluções estatais a problemas sociais e econômicos. Ademais, destaca que isto se realiza desde uma posição de superioridade moral autopercebida, de agressão sem precedentes e com atitudes de rejeição furiosa em direção ao relativismo, à ciência e à razão, às ordens e reivindicações baseadas em evidências e do desprezo aos políticos e à política, entre outros (Brown, 2020, p.18). Esta união de elementos considerados opostos também se verifica na América Latina, não obstante, estas forças políticas mostram especificidades nos países da região; sobre esta última se destaca a combinação entre neoliberalismo e nacionalismo, com propostas diferentes às da direita europeia (Morresi, 2020; Sanahuja; López Burian, 2020).

É indicado o ano de 2015 como o momento no qual se evidencia o crescimento das direitas e a ascensão das novas direitas na região, em correlação com a crise do progressismo e o retrocesso das esquerdas latino-americanas na disputa político-ideológica (Stefanoni, 2018; Cannon; Rangel, 2020). Crises e retrocesso vinculados com uma conjuntura de baixo crescimento econômico pelo fim do ciclo das matérias primas e a consequente frustração de setores sociais emergentes, com uns meios de comunicação cada vez mais polarizados, o uso das novas redes sociais e o crescente poder das igrejas evangélicas (Sanahuja; López Burian, 2020). Bohoslavsky (2023) propõe considerar também a falta de propostas dos governos de esquerda sobre a criminalidade urbana ou as denúncias de corrupção; de coerência com a

orientación igualitaria e a justiça social; e de como superar o extrativismo, a estrutura de imposto regressivo e as políticas centradas no consumo, incapazes de eliminar a pobreza.

Na região, os líderes das novas direitas abraçaram com fervor o neoliberalismo, embora rejeitem os modelos multilaterais, são a favor da centralidade do vínculo com os Estados Unidos, se valem e se beneficiam de vínculos e filiações com tradições políticas provenientes do exterior, embora especialmente estadunidense, e utilizam um repertório que compreende práticas anticonstitucionais (como o acionar paramilitar e os golpes de Estado) e estratégias que estão dentro do marco legal (parlamentares e de mobilização de recursos e seguidores) e do jogo democrático (Bohoslavsky, 2023). Neste último, se evidencia que disputam mais eficazmente pelo sentido comum que as velhas direitas incorporam demandas sociais, utilizam novas estéticas políticas (Stefanoni, 2018) e adotam estilos populistas que os permite ser mais competitivas eleitoralmente (Casullo, 2023).

Se tratam de partidos políticos, movimentos e instituições de índole privada e pública que “ayudan a crear un clima ideológico más propicio para la propagación de ideas de derecha, al penetrar profundamente en las estructuras e instituciones democráticas” (Cannon; Rangel, 2020, p. 13), que disputam através de atores emergentes como os *think tanks*, igrejas evangélicas, novas redes sociais e movimentos sociais que contribuem para criar (p. 14), e de grupos empresariais concentrados nos serviços de comunicação, e redes transnacionais em função de “refundar el sentido común latinoamericano” (Bohoslavsky, 2023, p. 248; Bolcatto, 2020) desde uma perspectiva neoliberal e conservadora. Neste sentido, é destacada como uma novidade sua capacidade para incidir na agenda política dos países dada esta importância outorgada à dimensão cultural e ideológica.

Em função das experiências na região, se destaca a capacidade destas forças políticas “para transformarse y adaptarse a los nuevos tiempos”, enquanto se mantém fiéis a valores históricos relacionados com uma visão da estrutura social hierárquica e com distinção de classe, gênero e etnia (Cannon; Rangel, 2020, p. 14). Do mesmo modo que nas novas direitas de outras regiões, se evidencia a combinação entre um programa econômico neoliberal clássico com um projeto moralista conservador que combate a “ideología de género” e os direitos das minorias (Dvoskin; Bevegni, 2020; Bolcatto, 2020). As forças políticas latino-americanas demandam a restauração do livre mercado e a ortodoxia econômica e a finalização de políticas sociais igualitárias (consideradas mecanismos intervencionistas e injustos que não se baseiam no reconhecimento do mérito individual), do mesmo modo que o retorno de formas de dominação patriarcal, a crescente incidência da religião em aspectos públicos e o desmantelamento da legislação sobre identidade de gênero e aborto, a educação sexual, o feminismo e a ideologia de gênero (Bohoslavsky, 2023).

Como parte das discriminações referidas acima, Grimson (2018) considera que as semelhanças com as novas direitas de outras partes do mundo se podem ver no racismo, no sexismo, na misoginia, na homofobia, na xenofobia e até no macartismo, e que isto reflete uma transformação política e cultural das sociedades vinculada a uma etapa específica do capitalismo financeiro e das crises de legitimidade das políticas neoliberais.

As novas direitas do mundo e da região evidenciam, além disso, um compromisso democrático marcadamente inferior e traços autoritários que conduzem a pensar em um retrocesso democrático. Na preocupação por pensar o que os novos cenários significam, Kessler e Vommaro (2024) apontam que a polarização crescente da política latino-americana tem efeitos significativos no funcionamento das democracias: ao organizar o descontentamento e criar altos níveis de politização ou orientações autoritárias quando esses são menores. Advertem, ademais, que o fracasso de uma coalizão ou do líder, em sua dimensão distributiva, conduz à erosão da confiança na democracia para resolver problemas persistentes e o crescimento do descontentamento generalizado.

Os governos das novas direitas na região transformam e reconfiguram o sistema político, o Estado e suas instituições, embora as mudanças se estendam em muitas dimensões. Bolcatto (2020) propõe considerar que a reconfiguração abarca as instituições políticas (parlamentos, partidos e governo); os programas e políticas econômicas (reprimarização, abertura, dívida, fuga de capitais, perda de direitos); os direitos de cidadania, dos trabalhadores e das minorias e o discurso moralista-religioso; e os poderes corporativos (midiáticos, empresariais, religiosos, fundações e ONGs) (Bolcatto, 2020, p.18).

América Latina é definida como uma região com uma debilidade institucional que perdura no tempo, dadas as constantes mudanças radicais, as reformas ou a débil imposição, que conduz a existência de uma falta de continuidade nas instituições, produto de uma incongruência entre a distribuição de poder e a estrutura de poder subjacente (Levitsky; Murillo, 2010). Além disso, é considerada de grande instabilidade política, onde o governo tem “una propensión a colapsar” (Sinisterra-Rodriguez, 2022, p. 250) e existe um descrédito por parte dos cidadãos em direção às instituições quanto à capacidade de articular suas demandas. As transformações e reconfigurações que instalam as novas direitas supõe uma nova conjuntura crítica que abonam tais características, enquanto que as orientações e expressões que assumem, específicas a cada país, justificam por si mesmas o estudo de caso, as análises e as etnografias que busquem pensá-las.

Assim, pesquisar em instituições nacionais e internacionais faz parte de um investimento transformador no campo do conhecimento, que é capaz de trazer transformações sociais (Nader, 1972). Nos últimos anos, especialmente nos governos qualificados como de direita, a política do desmonte de instituições e de políticas públicas levou a estudos antropológicos, bem como das demais ciências sociais, trazendo

contribuições à literatura inaugurada por Bauer e Knill (2014) — autores que basearam sua análise do *policy dismantling* nos exemplos europeus. Aguiar (2022), por exemplo, lembrou considerações de Bauer *et al.* (2021, p. 8–11) sobre as atitudes de governantes populistas com relação às burocracias, quando poderiam marginalizá-las, ignorá-las ou usá-las. A autora considerou que, no caso brasileiro, muitos servidores públicos foram atacados, como inimigos que deveriam ser eliminados, não apenas alijados ou mal vistos (Aguiar, 2022, p. 62).

A prática de investigar instituições vem sendo incentivada por antropólogos reunidos no Grupo de Trabalho Permanente da *Associação Latino-americana de Antropologia* (ALA), liderado pelos brasileiros Antonio Carlos de Souza Lima e Carla Teixeira, pela argentina Laura Navallo e pelo mexicano Alejandro Agudo Sanchiz. Entre algumas coletâneas de referência, indicamos *Maquinaria da unidade; bordas da dispersão: estudos de antropologia do Estado*, organizada por Souza Lima e Gonçalves Dias (2021); *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*, organizada por Castilho, Souza Lima e Teixeira (2014); *IPEA - Etnografia de uma instituição: entre pessoas e documentos*, por Teixeira e Castilho (2020); e *Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais*, por Teixeira, Lobo e Abreu (2019).

As instituições examinadas podem ser constituídas legalmente ou, como propôs Douglas (2007, p. 56), serem agrupamentos legitimados, nos quais são compartilhadas categorias de pensamento que funcionam no sentido de harmonizar as preferências sociais. Convém salientar que há disputas no interior de cada tipo de instituição em torno de seu modo de funcionamento. Os artigos constantes neste dossiê problematizam o funcionamento de algumas delas, como a ciência, a democracia, o exército e outras que envolvem o processo eleitoral e político.

## REPENSANDO A ANTROPOLOGIA DO ESTADO E DA POLÍTICA: SERIA MESMO O CAOS?

Com este dossiê, intencionamos focar *as novas veias abertas da América Latina*, mas, antes disto, foi necessário lembrar como essas veias foram abertas no passado. Afinal, escreveu Galeano, “a história não quer se repetir”. Respostas sobre as novas veias abertas, encontraremos nos artigos reunidos neste dossiê.

Neste texto, dedicamo-nos a indicar a construção de uma identidade latino-americana no século XIX, explorar construções teóricas comuns, bem como rever alternâncias de projetos políticos nos governos dos países da América Latina — embora sempre embebidas, em alguma medida, nas diretrizes constantes no modelo econômico neoliberal.

Esta tarefa foi imprescindível a fim de favorecer a criação de uma base comum de conhecimentos, esquecida por alguns, mas que nos auxilia a repensar uma antropologia do

Estado e da política, em especial no âmbito da América Latina. Assim, podemos melhor nos situar no atual contexto histórico, dimensionando continuidades e mudanças.

As perguntas que levaram a agregar os artigos aqui reunidos foram “o que há de novo nas dinâmicas políticas em nossa região? Quais são os seus efeitos nas instituições? Percebemos, nos últimos anos, que a noção de caos foi constantemente utilizada. E como alguns autores, a exemplo de Mignolo (2008), vêm salientando, parecemos vivenciar uma grande transição, em que vigoram confrontos entre grupos, mas também um desejo de alcançar a sonhada pluriversalidade. Insinuam-se fortemente elementos que parecem compor uma “arquitetura da destruição”<sup>17</sup>. Instituições vem se fragilizando e se avolumam as disputas de narrativa mobilizadas por agentes situados em posições contrárias quanto aos projetos políticos em jogo. Há verdadeiros ‘cabos-de-guerra’ entre a “direita” e a “esquerda”, os “conservadores” e os “progressistas”, questionando-se mutuamente em suas ideologias. Tudo isto acontece em meio à uma realidade muito dinâmica. Consequentemente, é possível a pesquisa sobre múltiplos temas, como: guerra jurídica, cultural ou híbrida; golpes realizados “por dentro” das instituições estatais; funcionamento das novas mídias ou das chamadas “máquinas de ódio”, que se voltam para a proliferação de *fake-news* e de teorias da conspiração; novos populismos; intersecção entre religião e política na atualidade, entre outros. A transição, de fato, envolve diversas questões que nos são globalmente comuns.

Revitalizar a antropologia do Estado e da política supõe lidar com a ideia de que vivenciamos uma “crise democrática”. Provavelmente, o que vemos é o colapso de um modelo de democracia consagrado mundialmente, mas cercado por contradições e os efeitos do colonialismo é uma delas. Este modelo consagrado é o europeu, diante do qual nós, latino-americanos, sempre estivemos em falta. Em suas reflexões sobre os indígenas da América do Sul, Pierre Clatres (2012) constatou vivamente que, por prezarem pela igualdade entre si, tinham um *ethos* profundamente democrático. A partir do “encontro colonial”, como enfatizou Césaire (2020, p. 24), essas sociedades foram “esvaziadas de si mesmas”.

Uma revigorada antropologia do Estado e da política não poderia desconsiderar este mundo imperializado ou neoliberal, mas no qual já vem sendo gestadas outras políticas, e cosmopolíticas, que intersectam a prática estatal. Apontamos neste texto a realização do G20 Social e do Fórum Social Mundial, espaços onde novas ideias são debatidas, dando poder à temática do pós-imperialismo. Portanto, para além da dissolução de velhos modelos políticos, econômicos e culturais, a compreensão de novas cosmopolíticas faz parte dos estudos no campo da antropologia política. São tendências que parecem gritar, sendo, por vezes, sufocadas por meio de estratégias de consolidação hegemônica.

---

<sup>17</sup> Estamos parodiando o título do documentário do diretor e produtor Peter Cohen, lançado em 1989.

Muito recentemente foram publicadas obras que questionavam “Como as democracias morrem” (Levitsky; Ziblatt, 2018) ou “Como a democracia chega ao fim” (Runciman, 2018). Porém, ainda mais atual para os intelectuais se faz a questão “Como salvar a democracia” (Middelaar; Parijs, 2018). É neste âmbito do pensar que se fazem pertinentes as cosmopolíticas e as diversas reinvenções, que tanto nos apraz conhecer como antropólogos.

Para isso, nós envidamos esforços para que o caos das estruturas materiais, como as desfeitas nas guerras, não invada nossas estruturas cognitivas. Quanto maior a clareza, mais aprofundadas são as reflexões sobre as empirias com as quais nos defrontamos. Esta observação faz parte do legado deixado pelo nosso aliado francês, Claude Lévi-Strauss, quem ressaltou a importância de compreender os fenômenos para, até mesmo, psicologicamente, facilitar as curas.

Modelos teóricos, como o funcionalismo e o interpretativo, demonstraram fraquezas relevantes para se constatar. Segundo Boissevain (2010, p. 228–229), o funcionalismo-estrutural persistiu por tanto tempo por proporcionar “um sistema de crenças científicas que se mostrava conveniente para os governos colonialistas para os quais os antropólogos sociais trabalhavam”. Este modelo demonstraria a harmonia vivida nas colônias, já que o enfoque na coesão, na cooperação, no consenso e na estabilidade tinha o pendor de demonstrar que os colonizados estavam satisfeitos perante a realidade vivenciada. Por sua vez, o interpretativismo, sob a liderança de Clifford Geertz, mesmo nos permitindo análises acuradas, reduzia tanto a escala das investigações, que terminou por inibir uma visão que contemplasse conflitos internacionais implicados nas situações locais. Nesse sentido, Carvalho (2001, p. 117) apontou que, nos produtos das pesquisas de Geertz na Indonésia, ele nada escreveu sobre “a interferência direta dos Estados Unidos na construção e manutenção do regime de terror” vivido neste país. É oportuno ressaltar que a leitura dos símbolos e de seus significados super informou uma antropologia da política feita no Brasil após a redemocratização que se iniciou em fins da década de 1980.

A perspectiva decolonial, além de emergir da produção dos sul americanos, restitui uma visão mais ampla que posicionou estes países dentro de um sistema mundial, a exemplo das elaborações de Quijano. Assim, a análise crítica foi facilitada e a compreensão dos acontecimentos cotidianos foi aprofundada na medida em que os processos macro condicionam irreversivelmente diversas experiências locais. Portanto, uma investigação que não relegue os aspectos microssociológicos, mas também contemple ou indique a ligação entre o que acontece no local e as tendências ou processos internacionais, é bem-vinda na antropologia do Estado e da política. Nem sempre estabelecer ou indicar esta ligação local-global será algo frutífero na produção do conhecimento, mas que saibamos reconhecer quando ela é necessária e possui valor explicativo. Ademais, há a possibilidade de

escolhermos justamente pesquisar em ou a partir de escritórios de organizações internacionais, entendendo que esta é uma das opções no amplo leque de estudos possíveis e rentosos na linha da etnografia das instituições.

Este texto mostrou, em grossas linhas e com certo foco, uma passagem de tempo, na qual formas de viver e pensar vieram se transformando. São essas diferentes formas que nos entusiasmaram a estudar. Hoje, fala-se mais no *futuro*, exemplo disto é o tema da *Reunião de Antropologia do Mercosul* do ano de 2025: retomar o futuro. Já que aqui percorremos aspectos do século XIX, XX e XXI, permitam-nos lembrar do poema de Vladimir Maiakovski, intitulado *O Amor*, em que o autor pede que o ressuscite, por volta do trigésimo século, para que ele possa acabar de viver o que o cabe. Apostamos, assim, na tarefa de orquestrar e orientar, com muitas análises, um melhor futuro possível.

Oxalá!

\*\*\*

Apresentamos, abaixo, uma breve descrição dos nove artigos que integram este dossiê.

A partir do contexto de crise da democracia e avanço da reorientação hegemônica do neoconservadorismo de direita no momento atual da Argentina, Julieta Gaztañaga, em seu artigo *Neoconservadurismo y trabajo político en Argentina*, analisa os inícios da gestão do presidente Javier Milei. Trata-se de uma gestão, tal como assinala a autora, que não somente aponta para o corte do gasto público e a redução de programas, políticas e organismos estatais, mas busca, ademais, o desmonte geral das funções sociais do Estado como forma de governo. Desenvolve uma abordagem que leva em consideração a burocratização como política estatal para avaliar a crise do Estado como garantidor da democracia. Para a autora, os procesos de destruição ou reorientação política são indissociáveis de trabalhos políticos de produção e legitimação de governança; do mesmo modo, ao analisar a legalidade das alternâncias de gestão tem em conta que a violência burocrática gera uma “institucionalidade oscilante”; e sobre a legibilidade se pergunta se se trata de burocratas que jogam com as regras da democracia ou políticos que a burocratizam, destacando a novidade de que os discursos políticos materializam embates elitistas contra o público. Conclui que se evidenciam formas de autoritarismo altamente burocratizadas que impregnam profundamente a política estatal; e que, enquanto se encolhe o Estado, aumenta sua presença mediante a imposição de governamentalidades disciplinares e de processos que deixam de fora da vida digna segmentos da população cada vez maiores.

Em *El conflicto y la muerte como eventos políticos. Las implicancias de la resolución 125/08 y el fallecimiento de Raúl Alfonsín en el escenario electoral de la ciudad de Minúan, Entre Ríos (2008–2011)*, Gastón Kneeteman nos apresenta uma reconstrução de acontecimentos político-partidários que guiaram a montagem de alianças eleitorais opositoras de direita em uma localidade da província de Entre Ríos (Argentina) e que, assim, permitiram reconfigurar as dinâmicas políticas do município. Tratam-se de acontecimentos que se geraram em torno do que se conheceu como “el conflicto” do campo com a Resolução 125/08 do Ministério de Economia da Argentina em 2008, durante o governo de Cristina Fernández de Kirchner, momento em que se situou o início da polarização político-ideológica nesse país e que permitiu a unificação de estratégias e o fortalecimento da oposição. Nos acontecimentos político-partidários que analisa o autor, também incide a morte do ex-presidente Raúl Alfonsín, primeiro presidente a partir da reabertura da democracia argentina em 1983. Oferece-nos uma descrição destes eventos e de suas consequências sociopolíticas e uma análise de como repercutem na configuração política local no início de uma aliança eleitoral de direita, que será exitosa eleitoralmente anos depois. A partir desses objetivos, Gastón Kneeteman explica os valores e interesses em torno de sua construção, as disputas políticas e pessoais de um grupo de dirigentes e a emergência de lideranças locais na Unión Cívica Radical (UCR) para as eleições de 2009 e 2011.

No artigo *Militares e Estratégias Não-Convencionais de Política no Brasil: configurando parâmetros para uma tomada de poder de Estado*, Piero Leirner nos brinda com sua interpretação sobre parte do processo de desestabilização do governo de Dilma Roussef, seguida da eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. Para isso, o autor seguiu a categoria nativa *guerra híbrida*, procedimento metodológico já apontado por George Marcus em favor de uma etnografia multissituada. Primeiramente, Leirner nos lembrou da percepção vigente na época de que o Brasil estava imerso no caos, com instituições estatais em disrupção. Tal cenário se fez mais nítido após protestos eclodidos no ano de 2013, dirigidos contra as cadeias de representação política. Assim, Leirner se posiciona entre os autores que creditam esse caos a uma operação produzida por militares brasileiros, que colocou o país “no espectro de uma guerra não-convencional”. Chamando a atenção para a crescente militarização do Estado, acompanhada pela militarização da sociedade, buscou desvendar a origem e as formas usadas para efetivar a guerra híbrida, demonstrando como o Brasil se tornou um laboratório deste tipo de guerra a partir de intercâmbios realizados por seus militares nos Estados Unidos. Dois aspectos definiriam uma guerra híbrida: a estratégias de abordagem indireta, que ao terceirizar “agentes de combate” torna possível a camuflagem de protagonistas; e as formas de atingir a vontade do adversário, produzindo, por exemplo, dissonâncias cognitivas, cerco informacional e a atuação em vários campos (do direito, da economia, da imprensa, da política e das comunicações). É oportuno lembrar que,

para o autor, este processo foi reproduzido em outros países da América do Sul, como na Bolívia, no Equador e no Paraguai.

O artigo *“Soldado son pueblo uniformado”: alternancia partidista y significados de la militarización en México (2018–2024)* de Joel Trujillo Pérez analisa o aumento da presença das Forças Armadas no México e os significados e valores nas narrativas que buscam normalizar sua intervenção atual em áreas que transcendem a segurança nacional. A partir de um interesse em entender este fenômeno, no marco das democracias latinoamericanas e suas transformações, parte da preocupación pelas consequências institucionais atuais para a democracia e a sociedade mexicanas, do que define como um “proceso de militarización” – destacando o aumento da quantidade de homicídios e desaparecimentos e as medidas do oficialismo que expressam traços autoritários, que vão de mãos dadas com o avanço militar. A diferença do que observa em outros países, mostra que as Forças Armadas não só não se reformaram, mas foram requeridas para desenvolver novas tarefas, com o crescimento de seu orçamento, o aumento de numerosas atribuições – antes, da esfera civil - em distintas áreas governamentais e, em geral, de sua presença. Detém-se nas justificativas que oferecem referências a uma aliança política para fazer frente à oligarquia nacional e a um suposto caráter de incorruptibilidade, lealdade e patriotismo das milícias — entre outros valores positivos atribuídos — a partir de um projeto que buscaria impor a cultura, lógicas e valores militares.

Em *El Traslado de la escultura de María Lionza. Un acercamiento a las disputas políticas contemporáneas en Venezuela*, Annel Mejías Guiza analisa o traslado da escultura de María Lonza, a deidade do espiritismo venezuelano, para o desenvolvimento de um projeto turístico. Para a autora, este fenômeno se pode entender considerando as disputas e a polarização política contemporânea e a renovação de lideranças espirituais na *Montaña de Sorte*, e a partir de uma análise da relação do Estado venezuelano com o espiritismo da deidade; de como esse se expressa nas comunidades espiritistas e, por sua vez, de como essas reproduzem, resistem ou confrontam as estruturas de dominação. Neste marco explica “la relación de María Lonza con el poder político” e sua representação do país, assim como explica as tensões dos setores em disputa em torno da imagem e entre visões antagônicas sobre o patrimônio e sua proteção. Conclui que, no processo de traslado, se produz “una redimensión de lo simbólico nacional” durante o governo chavista, que utiliza formações discursivas concretas de etnonacionalismo para construir uma relação com ‘el pueblo’ vinculada a políticas da identidade, enquanto as identidades se convertem também em sítios de luta e empoderamento de setores subalternizados.

No artigo *“Saving Science”: Narratives of Scientific Intolerance and Cultural Denial in Brazil*, de autoria de Ana Gretel Echazú Böschemeier, foram analisadas reações anti-negacionistas que partiram da virologista Natalia Pasternak e do jornalista Carlos Orsi,

autores do livro intitulado *“Que bobagem! Pseudociências e outros absurdos que não merecem ser levados a sério”*. Em que pese o desejo de salvar a ciência, diante das medidas tomadas pelo governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, Böschemeier demonstrou que, na obra, apenas o modelo de ciência ocidental é reconhecido, enquanto várias tradições e culturas são atacadas com o rótulo de “pseudo-ciências”. Dessa forma, Pasternak e Orsi terminam por promover a intolerância científica e reforçar o conservadorismo, o autoritarismo e o colonialismo, ligado à injustiça epistêmica. A autora sugeriu que, ao suprimir a diversidade e empurrar certas populações para as margens da discussão científica e da produção do Estado, as narrativas analisadas propõe um “anti-negacionismo autoritário”. Isto constitui um paradoxo, que poderia ser sanado mediante a visão da existência de “ciências”, no plural, e da opção por re-imaginar, constantemente, a ciência. Para a autora, esta seria uma oportunidade para investir na delimitação do conceito de ciência, não nos alinhando aos princípios elitistas que reforçam a hierarquia vigente no campo do conhecimento, mas reconhecendo dimensões sociais e culturais do conhecimento científico. Com isso, contribuiríamos para manter uma saudável democracia.

No artigo *O Desmonte de Políticas como um Tipo Particular de Mudança nos Estudos Latino Americanos*, escrito por Silvia Zimmermann, Alejandra Nicolás e Flavio Gaitán, o foco esteve no resgate da construção teórica sobre o tema do desmonte na América Latina mediante o exame de artigos publicados na plataforma Scielo e DOAJ. Assim, foi possível mostrar como o tema vem sendo tratado nos estudos latino-americanos. Explorando o conceito de desmonte, concebem-no, de acordo com Bauer e Knill, como um tipo particular de mudança na política pública que se distancia da ideia de extinção, pois, com o desmonte, a política continuaria a existir, mas sofrendo alterações que enfraqueceriam a sua implementação. Em sua explanação, os autores analisam os pressupostos básicos de vários cientistas que trataram do tema da mudança em políticas públicas de maneira mais ampla para, posteriormente, focarem nos estudos sobre *policy dismantling* — construindo um quadro analítico que sintetiza as abordagens sobre o tema da mudança nas políticas. São analisados, de maneira geral, artigos que examinam o desmonte, o que possibilitou aos autores concluir que tanto a proposta analítica do *policy termination* quanto do *policy dismantling* são recentes na literatura latino-americana. Por fim, os autores apresentam um breve ensaio sobre o desmonte das políticas públicas iniciadas pelo atual governo argentino, comandado por Javier Milei, dimensionando o “efeito Milei” sobre a estrutura política nacional.

*Raízes da Indiferença: do colonialismo à subjetivação melancólica na sociedade neoliberal* é o título do ensaio escrito por Priscila Duarte dos Reis Farias e Gustavo Rebelo Coelho de Oliveira. Os autores procuraram refletir sobre as causas da legitimação e da indiferença social com relação às violências de Estado cometidas contra cidadãos

precarizados. Percorrendo a história da formação social brasileira, expuseram a estrutura desenhada pela realidade colonial até alcançarem o modo de produção sob o “capitalismo dependente” e, logo após, sob o neoliberalismo. As violências diversas (encarceramento em massa, seletividade penal, genocídio da juventude negra e periférica, silenciamento do enlutamento pelas perdas vivenciadas e a descartabilidade dos corpos) refletiriam “o devir-negro do mundo” ou “a universalização da condição negra”, na medida em que a descartabilidade se estenderia à grande parte da humanidade. Este panorama teria informado a produção de uma subjetividade qualificada como melancólica. Apoiados em Butler, os autores afirmaram que a melancolia seria um efeito do poder sobre a vida psíquica dos sujeitos, pois, como apontou Freud, sendo fruto da perda real ou afetiva do objeto amado, relega esses sujeitos à impotência. Tal paralisia se transformaria em “uma ferramenta necessária à manutenção do poder do Estado” e bloquearia a “possibilidade de imaginação política”.

Marcelo Marques de Almeida Filho, Danielle de Castro Silva Lobato e Maria da Conceição da Silva Freitas escreveram o artigo *Fraturas expostas dos saberes sociais brasileiros e latino-americanos em Florestan Fernandes*, tendo como objetivo analisar as contribuições deste autor para o avanço das discussões teóricas no Brasil e na América Latina da época. Assim, a estruturação e a concepção da Sociologia e das Ciências Sociais por parte de Fernandes são analisadas pelos autores, que assinalaram a influência de sua biografia peculiar no que produziu e o seu contexto histórico de atuação, antes de deslindar parte de suas produções intelectuais. Dois aspectos da postura de Fernandes podem ser ressaltados: o papel acadêmico e social que ele creditava aos cientistas sociais, consagrando a ideia de intelectual comprometido ou engajado, e a noção de estilhaçamento das ciências sociais, em razão da própria cisão entre as classes e seus diferentes interesses quanto à ordem social. Em meados dos anos 1950, Fernandes estenderia suas análises aos países da América Latina, focalizando a noção de “capitalismo dependente”. Segundo Almeida Filho, Lobato e Freitas, Florestan acreditava que tal “realidade só poderia ser superada com uma ruptura drástica com o imperialismo, bem como isto demandaria transformações estruturais contínuas e radicais rumo ao socialismo ou ao menos a uma democratização radical no país e na região”. Sobretudo, os autores destacaram a atualidade da leitura de Fernandes, pois muitos problemas de sua época ainda se fariam presentes, “mesmo que com outras roupagens”.

Este dossiê ainda é composto pelo belo *Encarte Visual* que contém imagens desenhadas pela artista Jéssyca Eiras Jatobá Santos (Esmeralda), realizando, por meio delas, a crítica e a valorização cultural, apostando nos processos de criação de renovados mundos. Nesse sentido, o Encarte foi intitulado *Do Rasgar da Terra ao Reintegrar da Luta*.

Disponibilizamos também a *tradução* do artigo de Michael W. Bauer & Christoph Knill (2014), denominada *Uma Moldura Conceitual para a Análise Comparativa de Mudanças em*

*Políticas Públicas: mensuração, explanação e estratégias de desmonte em políticas públicas*, de autoria de Luiza Aragon Ovalle.

Tenham uma boa leitura!

## Agradecimentos

Agradecemos, com afeto, o apoio de Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ), Carla Costa Teixeira (UNB), Piero Leirner (Ufscar), Ciméa Bevilaqua (UFPR) e Julieta Gaztañaga (UBA), bem como a disponibilidade de todos(as) os(as) pareceristas que contribuíram com o nosso trabalho.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Monique Florencio de. Estudo Introdutório e Plano de Organização do Livro. //: CARDOSO JR., José Celso *et al.* **Assédio Institucional no Brasil: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado**. Brasília: Afipea/João Pessoa: EDUEPB, 2022. p. 29–82.

ANTUNES, Ricardo. Um Pensamento Insubmisso. //: FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009. p. 11–16.

ARDITI, Benjamín. El giro a la izquierda en América Latina: ¿una política post-liberal? **Ciências Sociais Unisinos**, v. 45, n. 3, p. 232–246, 2009.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 60, n. 2, p. 505–540, 2017.

BARRAGÁN, Carlos Andrés. Postimperialismo, Cultura y Política en el Mundo Contemporáneo. **Anuário Antropológico**, v. 31, n. 1, p. 225–228, 2006.

BAUER, Michael W.; KNILL, Christoph. A Conceptual Framework for the Comparative Analysis of Policy Change: Measurement, Explanation and Strategies of Policy Dismantling, **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 16, n. 1, p. 28–44, 2014.

BAUER, Michael W. *et al.* Introduction: Populists, Democratic Backsliding, and Public Administration. //: BAUER, Michael W. *et al.* (Ed.). **Democratic Backsliding and Public Administration: How Populists in Government Transform State Bureaucracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 1–21.

BETHELL, Leslie. Introdução: Eric e a América Latina. //: HOBBSAWN, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 9–35.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. ¿Qué es América latina? El nombre, la cosa y las complicaciones para hablar de ellos. //: BOHOSLAVSKY, Ernesto; GEOGHEGAN, Emilce; GONZÁLEZ, María Paula (Comp.). **Los desafíos de investigar, enseñar y divulgar sobre América Latina**. Actas del Taller de Reflexión. Los Polvorines: Trama, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2011. p. 1–10.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. **Historia mínima de las derechas latinoamericanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo, 2023.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. //: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 127–215.

BOLCATTO, Andrea. Tensiones democráticas: las reconfiguraciones institucionales y culturales en los nuevos escenarios conservadores. //: BOLCATTO, Andrea; SOUROJON, Gáston (Comp.) **Los nuevos rostros de la derecha en América Latina: desafíos conceptuales y estudios de caso**. Santa Fe: Ediciones UNL, 2020. p. 17–33.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution**. New York: Revolution, Zone Books, 2015.

BROWN, Wendy. **En las ruinas del neoliberalismo: el ascenso de las políticas antidemocráticas en Occidente**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

BROWN, Wendy. ¿Hacia qué está mutando la derecha? Entrevista de Rafael Khachaturian. **Página de Nueva Sociedad**, 2022. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/hacia-donde-esta-mutando-la-derecha/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CAMOU, Antonio. Los consejeros del príncipe. Saber técnico y política en los procesos de reforma económica en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 152, p. 54–67, 1997.

CAMPOS, Rogério de. Retorno a Aimé Césaire, uma cronologia. //: CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020. p. 79–132.

CANNON, Barry; RANGEL Patricia. Introducción: RESURGIMIENTO DE LA DERECHA EN AMÉRICA LATINA. **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, n. 126, p. 7–16, 2020.

CARVALHO, José Jorge de. O Olhar Etnográfico e a Voz Subalterna. **Horizontes Antropológicos**, v. 7, n. 15, p. 107–147, 2001.

CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa. **Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Todavia, 2022.

CASULLO, María Esperanza. América Latina: la derecha que aprendió a ser populista. **Le Monde Diplomatique**, Edición Cono Sur. Suplemento Octubre 2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

COSTA, Adriane Vidal. Darcy Ribeiro e os Dilemas da América Latina. //: DUTRA, Eliana de Freitas; MYERS, Jorge (Org.). **Continente por Definir: as ideias de América no século XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 253–291.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

DUTRA, Eliana de Freitas. “Se existo não sou um outro”: os desafios de ser América Latina. //: DUTRA, Eliana de Freitas; MYERS, Jorge (Org.). **Continente por Definir: as ideias de América no século XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 27–78.

DVOSKIN, Nicolás. Las nuevas derechas en América Latina: un neoliberalismo contra la heterogeneidad. **Actas publicadas**. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de La Plata, 2022. Disponível em: [https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.15891/ev.15891.pdf](https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.15891/ev.15891.pdf). Acesso em: 20 dez. 2024.

DVOSKIN, Nicolás; BEVEGNI, Mayra. El postpostneoliberalismo sudamericano: una mirada desde el análisis de las políticas sociales. **Realidad Económica**, v. 50, n. 335, p. 73–101, 2020.

ESCOBAR, Pepe. **Império do Caos**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. //: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005. p. 17–31.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

FERGUSON, James. La Maquinaria Antipolítica: desarrollo, despolitización y poder burocrático en Lesoto. //: GALÁN, Beatriz Pérez (Ed.). **Antropología y desarrollo: discurso, prácticas y actores**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2012. p. 239–257.

FUNES, Patricia. Ensaio, literatura e ciências sociais entre Las Venas Abiertas de América Latina. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MYERS, Jorge (Org.). **Continente por Definir: as ideias de América no século XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 209–252.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2023.

GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GRIMSON, Alejandro. UNIR A LAS FUERZAS DEMOCRÁTICAS. **Le Monde Diplomatique**, Edición Cono Sur. Edición 233, noviembre 2018.

HOBBSBAWN, Eric. Imperialismo norte-americano e revolução na América Latina. //: HOBBSBAWN, Eric. **Viva la revolución: a era das utopias na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 339–359.

KESSLER, Gabriel; VOMMARO, Gabriel. ¿Cómo se organiza el descontento en América Latina? Polarización, malestar y liderazgos divisivos. **Nueva Sociedad**, n. 310, p. 92–105, 2024.

KLIKSBERG, Bernardo. Prólogo. Un debate eludido. //: OCHOA HENRÍQUEZ, Haydée; ESTÉVEZ, Alejandro M. (Coord.). **El poder de los expertos: para comprender la tecnocracia**. Maracaibo: Centro de Estudios de la empresa Facultad de Ciencias Económicas y Sociales Universidad del Zulia, 2006. p. V–XI.

LEVITSKY, Steven; MURILLO, María V. Variación en la fortaleza institucional. **Revista de Sociología**, v. 24, p. 31–56, 2010.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Introdução. //: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 17–21.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Salvando a democracia. //: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 194–218.

MELATTI, Julio Cezar. A etnología das populações indígenas do Brasil, nas duas últimas décadas. **Anuário Antropológico**, v. 5, n. 1, p. 253–275, 1981.

MIDDELAAR, Luuk Van; PARIJS, Philippe. **Depois da Tempestade**: como salvar a democracia na Europa. São Paulo: É Realizações, 2018.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto. **Revista Telar**, n. 6, p. 7–38, 2008.

MORRESI, Sergio Daniel. Convergencias inesperadas de las derechas políticas. In: BOLCATTO, Andrea; SOUROUJON, Gáston. (Comp.) **Los nuevos rostros de la derecha en América Latina**: desafíos conceptuales y estudios de caso. Santa Fe: Ediciones UNL, 2020. p. 49–68.

NADER, Laura. Up the Anthropologist: Perspectives Gained from Studying UP. //: HYMES, Dell (Ed.). **Reinventing Anthropology**. New York: Pantheon Books, 1972. p. 1–28.

NICOLAU, Jairo. Prefácio. //: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 13–17.

OCHOA HENRÍQUEZ, Haydée; ESTÉVEZ, Alejandro M. Presentación. //: OCHOA HENRÍQUEZ, Haydée; ESTÉVEZ, Alejandro M. (Coord.). **El poder de los expertos**: para comprender la tecnocracia. Maracaibo: Centro de Estudios de la empresa Facultad de Ciencias Económicas y Sociales Universidad del Zulia, 2006. p. I–IV.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma Antropologia Comprometida com as Lutas de Libertação dos Indígenas: os impactos de Barbados na antropologia brasileira. **Guarimã – Revista de Antropologia e Política**, v. 4, n. 2, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. //: QUIJANO, Aníbal. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107–126.

RAMOS, Hugo Daniel. Nuevas izquierdas y nuevas derechas: debates en torno a la conceptualización de los procesos políticos latinoamericanos recientes. **Tempos Históricos**, v. 2, p. 209–231, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **A América Latina Existe?** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro/Brasília: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: Pátria Grande**. São Paulo: Global, 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Why (post)colonialism and (de)coloniality are not enough: a post-imperialist perspective. **Postcolonial Studies**, v. 14, n. 3, p. 285–297, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. De la descolonización del conocimiento al postimperialismo: una perspectiva latinoamericana. **Revista Plural – Antropologías desde América Latina y del Caribe**, v. 6, n. 11, 2023.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Criticando la decolonialidad y sua crítica. **Encartes**, v. 6, n. 12, p. 35–48, 2024.

ROZO TORRES, Marcela. El poder de los economistas y los economistas del poder, **Revista Colombiana de Antropología**, v. 42, p. 277–316, 2006.

RUNCIMAN, David. Prefácio: pensando o impensável. //n: RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018. p. 7–15.

RUNCIMAN, David. Introdução: 20 de janeiro de 2017. //n: RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018. p. 17–31.

RUNCIMAN, David. Golpe! //n: RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018. p. 32–89.

RUNCIMAN, David. Conclusão: é assim que a democracia chega ao fim. //n: RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018. p. 221–233.

RUNCIMAN, David. Epílogo: 20 de janeiro de 2053. //n: RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. 1ª ed. São Paulo: Todavia, 2018. p. 234–240.

SALAS-PORRAS, Alejandra. Las elites neoliberales en México: ¿cómo se construye un campo de poder que transforma las practicas sociales de las elites políticas? **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales Nueva Época**, v. LIX, n. 222, p. 279–312, 2014.

SANAHUJA, José Antonio; LÓPEZ BURIAN, Camilo. Las derechas neopatriotas en América Latina: contestación al orden liberal internacional. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 126, p. 41–64, 2020.

SILVA, Patricio. Ascenso tecnocrático y democracia en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 152, p. 68–77, 1997.

SINISTERRA-RODRÍGUEZ, Mónica. Inestabilidad política y cambio constitucional aparente en América Latina. //n: RIBEIRO, Andréa O. *et al.* (Org.). **América Latina en los bordes: Inestabilidad política y cambio institucional**. Belo Horizonte: Lemos Mídia Editora, 2022. p. 227–253.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GONÇALVES DIAS, Caio (Org.). **Maquinaria da unidade: bordas da dispersão – Estudos de Antropologia do Estado**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021.

SLATER, David. The Imperial Present and the geopolitics of power. **Geopolítica(s)**, v. 1, n. 2, p. 191–205, 2010.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEFANONI, Pablo. Transiciones pos-progresistas. **Le Monde Diplomatique**, Edición Cono Sur. Edición 227, mayo de 2018.

SVAMPA, Maristella. **Debates Latino-americanos: indianismo, desenvolvimento, dependência e populismo**. São Paulo: Elefante, 2023.

TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andrea; ABREU, Luiz Eduardo (Org.). **Etnografias das Instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Brasília/Co-edição Editora E-papers: ABA Publicações, 2019.

TEIXEIRA, Carla Costa; CASTILHO, Sérgio. **IPEA: Etnografia de uma instituição – entre pessoas e documentos**. 1ª ed. Brasília: Co-edição/ABA Publicações/AFIPEA, 2020.

TORRES, Inés de. “Com os olhos de um grego da Odisséia”: o latino-americanismo de Rodó, de *Ariel* às crônicas de viagem pela Europa. //: DUTRA, Eliana de Freitas; MYERS, Jorge (Org.). **Continente por Definir: as ideias de América no século XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 72–101.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário**. //: VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 34–40.

VELHO, Otávio Guilherme. **As perspectivas para o Capitalismo Autoritário**. //: VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 212–230.